

## **Técnicas de Arquivamento e Novas tecnologias: Desafios para os processos de construção da memória**

SP.33: Antropología de la técnica: conocimiento, poder y desigualdad en el saber hacer con materiales, máquinas y organismos

### **Ponentes**

<b>Nombre</b>	<b>Pertenencia Institucional</b>
Kaléo de Oliveira Tomaz	Programa de Pós-graduação em Antropologia Social/Universidade Estadual de Campinas/ Brasil

## **Técnicas de Arquivamento e Novas tecnologias: Desafios para os processos de construção da memória**

### **Programa de Pós-graduação em Antropologia Social**

#### **Universidade Estadual de Campinas, Brasil**

#### **Kaléo de Oliveira Tomaz**

**Resumo[1]:** Como apresenta a antropóloga Ann Laura Stoler (2010), os arquivos guardam, além de seu conteúdo, uma série de práticas de governança em seus tipos de escrita, gêneros de documentação, categorias de confidencialidade e modos de classificação. Observar essas práticas de governança e controle é um meio pelo qual se pode compreender os diferentes significados e interpretações dos documentos. Estes, longe de serem neutros, modificam o olhar do pesquisador e devem ser vistos com estranhamento. Neste sentido, podemos correlacionar essas técnicas como uma forma de controle sobre a construção da memória, a produção do esquecimento e a criação de fatos. No entanto, ao se compreender tudo isso, é necessário ter em mente que a emergência de novas tecnologias de construção e preservação de documentos impõe novas questões a esse campo de atuação. Desta forma emergem novos espaços de disputa para questionar as histórias oficiais e as memórias coletivizadas. Assim como são construídos novos riscos éticos e práticos em relação à guarda de informações pessoais ou à segurança de grupos marginalizados. O presente trabalho tem como objetivo compreender como essas técnicas de arquivamento são transformadas e modificadas com a emergência dos processos de digitalização. Isso ocorre porque, se a digitalização implica na transformação das materialidades dos documentos, como a translação do documento físico para o digital pode desafiar os antigos padrões de controle arquivístico? Pretende-se desenvolvê-lo por meio da análise que visa relacionar o campo da Etnografia em Arquivos e Documentos com as discussões associadas às Materialidades e Materiais, possibilitando assim ampliar ambos os campos de discussão presentes atualmente na Antropologia. Com isso, busca-se entender de que maneira as características materiais dos documentos influenciaram a produção, organização e digitalização

dos fondos e coleções que constituem os arquivos. Será considerado o caso de uma Instituição Arquivística que já iniciou um processo de digitalização de seus documentos, o Arquivo Edgard Leuenroth; este foi criado em 1974, com a chegada da documentação impressa reunida pelo militante anarquista que nomeia a instituição. De forma mais recente, iniciou-se o projeto AEL Digit@l. Este está em andamento desde 2011 e visa ampliar o acesso e a preservação dos documentos pertencentes à Instituição. Atualmente, o projeto conta com pelo menos 14 fundos total ou parcialmente digitalizados, os quais estão disponíveis para consulta por meio do site da AEL.

Palavras-chave: Técnica arquivística, materialidade, digitalização.

## Introdução<sup>[2]</sup>

Questões sobre a materialidade dos objetos mobilizados por sujeitos são frequentemente trazidas à luz por diversos campos da antropologia. Neste sentido, a crescente literatura sobre etnografia em arquivos recupera um debate historiográfico que coloca em xeque o pressuposto objetivista sobre o que é possível “extrair” (STOLER, 2002) de informação de um documento. A própria constituição de um arquivo, como fonte, já conta uma história, assim como sua preservação em uma instituição que é politicamente significativa. Toma-se o local do arquivo como um campo de pesquisa, analisando como seus procedimentos, suas formas de organização dos documentos e de sistematização da história incidem nas possibilidades de produção de conhecimento a partir dos acervos. Nesta perspectiva, atenta à produção da história, os objetos e as relações que os cercam ganham centralidade na medida em que revelam os diferentes modos pelos quais o passado é significado, inclusive no presente. Apresentando assim, por meio da materialidade, a mesma relação articulada entre passado, presente e futuro apresentada por François Hartog no seu livro de Regimes de Historicidade (HARTOG, 2015). Neste sentido, autores como Michel-Rolph Trouillot, Ann Laura Stoler, Mariza Peirano e Olívia Maria Gomes da Cunha, cujas contribuições são fundamentais para esta pesquisa, auxiliam a pensar sobre as sobreposições das discussões sobre historiografia e fazer etnográfico. Afinal, estes autores estão buscando entender como o passado é contado e como pode ser reimaginado.

Entretanto é preciso se questionar: Como os materiais e as coisas emergem no fluxo de construção da memória arquivística? E como as novas tecnologias de digitalização se inserem nesse fluxo? O presente trabalho tem como objetivo entender de que maneira os diferentes materiais, ou suportes, dos arquivos e documentos emergem como agentes influenciadores da construção da memória. A esses objetivos adiciona-se a busca de compreender como os processos de digitalização dos fundos arquivísticos apresentam-se como mais uma etapa nesses fluxos. Para tanto, o presente trabalho se dividirá em cinco momentos nos quais se buscará entender de que maneira a memória arquivística é construída, a fim de compreender como os materiais se apresentam e por conseguinte modificam os fluxos técnicos do processo de arquivamento. Neste sentido o primeiro momento faz uma recapitulação das discussões sobre o campo da antropologia em arquivos e de como é construída a memória. Este esforço permitirá então buscar vislumbrar como se constituiu historicamente o poder arquivístico e como este está ligado com os a formação dos Estados Modernos. Após, buscará entender como o fenômeno da digitalização tem bagunçado o poder arquivístico imposto pelas instituições de guarda. Então se observará um caso concreto, no intuito de entender como as transformações de digitalização tem mudado a prática de pesquisa. Por fim, se irá um pouco mais fundo nas discussões, analisando como as diferentes transformações sociotécnicas tem criado mudanças nas possibilidades de agências dos materiais.

## 1) Quanto a produção de memória

O antropólogo Michel-Rolph Trouillot (1949-2012) busca discutir como a construção da história decorre de uma série de critérios de veracidade que são estabelecidos por uma determinada comunidade. Vale apontar que os critérios são constituídos a partir de uma série de disputas internas existentes de dentro destas comunidades. Desta maneira a constituição do passado nunca é estanque, mas está sempre em disputa no presente (TROUILLOT, 2016, p. 29–39) Para entender isto o autor questiona a relação que as vezes é feita entre o estudo da história e a construção da memória individual. Nesta se entende a memória individual como um grande armazenamento de experiências da pessoa, estando acessíveis por ela. Entretanto ocorre que hoje se questiona se de fato a memória se constrói assim. Trouillot nos convida a lembrarmos sobre o processo de amarrar os sapatos. Isso porque essa ação envolve uma memória. Ocorre que quando fazemos um nó no cadarço, não evocamos uma série de imagens do momento que estávamos apreendendo a fazê-lo. Por outro lado, as lembranças são

construídas a partir de sua relação com o presente. Voltando ao exemplo do autor, quando buscamos firmar os sapatos, lembramos de como fazê-lo a partir da nossa necessidade no presente, ou seja, de sair e ir a um evento, por exemplo. Se isso for verdade com as recordações individuais, quanto mais seria com relação ao fenômeno do passado coletivamente construído, na qual os participantes não estariam necessariamente vivos no momento histórico anterior. Neste sentido, o passado é sempre captado no presente, de forma que não existe em si, e não pode ser captado por ele mesmo (Trouillot, 2016, pp. 39–43). Se levamos essa observação, podemos recontextualizar a participação dos Arquivos no processo de construção da memória histórica coletiva. Ao limpar, guardar e organizar arquivos e documentos, tem-se a constituição de uma relação com imagens que supostamente constituiriam o passado. Essa relação envolveria uma série de necessidades presentes. Ademais o pesquisador ao investigar esses materiais também construiria relação, mediada por seus interesses e disputas do presente em relação ao passado.

Arlette Farge é outra autora que apresenta esse efeito enganoso sobre a inequivocalidade histórica em grande medida fundamentada na confiabilidade dos documentos. Ela aponta como o retorno para casa após a pesquisa nos arquivos é penoso e acarreta dúvidas no pesquisador. Isto porque os acervos muitas vezes parecem petrificar o real, à medida que detém internamente os papeis, assim como as anotações, rasuras, rabiscos, desenhos e garranchos dos produtores desses materiais. Estes, em um primeiro momento, levam o pesquisador a se encher de certezas sobre o que viu e leu sobre o passado. Entretanto, à medida que passa a se perguntar sobre o que eles significam, para além deles próprios, estes desvanecem em vestígios brutos que precisam ser estes próprios interpretados (FARGE, 2009, p. 16–19)

Como apresenta a antropóloga Ann Laura Stoler, os arquivos guardam, para além de seu conteúdo, uma série de práticas de governança em seus modos de escrita, gêneros de documentação, categorias de confidencialidade e modos de classificação (STOLER, 2010, p. 20–21). Observar essas práticas de governança e controle são meios pelos quais se pode observar os diferentes significados e interpretações dos documentos. Estes, longe de serem neutros, modificam o olhar do pesquisador, e devem ser vistos eles mesmos com estranhamento. Olívia Maria Gomes da Cunha, em seus textos “Tempo Imperfeito” (CUNHA, 2004) e “Do ponto de vista de quem?” (CUNHA, 2005) apresenta como os próprios documentos, as anotações feitas sobre eles, suas formas de armazenamento e as histórias das instituições às quais pertencem são elementos que tem uma importância ímpar

na forma em que estes mesmos papéis podem ser compreendidos. A autora descreve estas análises como resultado de sua pesquisa nos acervos Ruth Landes[3] e Lorenzo Dow Turner[4]. Este processo é visível em dois momentos. O primeiro é pela análise da diferença entre a forma com que Ruth Landes organizou seus arquivos e os princípios de guarda adotados pelas instituições que os armazenaram. O segundo são os sentidos distintos dados aos documentos produzidos por Lorenzo Dow Turner pelas instituições de arquivo em contraposição àqueles dados pelos descendentes dos interlocutores do pesquisador. Assim, Cunha aponta para como as relações que são criadas com os documentos mudam seus significados.

A reflexão sobre a importância de observar os procedimentos de controle dos acervos sobre os documentos aproxima o debate à discussão da materialidade desses objetos. Isto porque os bens deixam de serem meros coadjuvantes do conhecimento da história, mas passam a serem meios para que os conhecimentos possam ser alcançados. Entretanto, de que maneira podem os não-humanos terem agência? Para explicar esta questão Bruno Latour faz referência ao debate estadunidense em relação a proibição da posse de armas. O Antropólogo francês traz à tona duas frases utilizadas pelos polos opostos na disputa. A primeira é daqueles que desejam proibir a posse de armas pelo slogan “armas matam pessoas”. Já o segundo grupo, favorável a posse de armas, com o slogan “armas não matam pessoas, pessoas matam pessoas”. O cerne do exemplo trazido por Latour é que ambas as frases estão incorretas. Isto porque se a primeira dá a entender que toda a responsabilidade da morte decorre da ação da arma, o lema oposto desconsidera que a arma modifica aquele que a mobiliza. No segundo caso o efeito só se produz porque se considera que a pessoa que mobiliza a arma detém uma falha moral, e que a violência aconteceria independentemente da existência da arma. Desta forma se desconsidera que a arma instrui, dirige ou leva a vontade de fazer ou ainda a arma é capaz de causar com que alguém que, de início, apenas pretendesse machucar, acabe matando (LATOURE, 2001, p. 203–205). A perspectiva de Latour nos ajuda a compreender que os meios materiais, ou não-humanos em seus termos, são eles próprios capazes de modificar a ação dos demais agentes nos sistemas. No caso das perspectivas em documentos, podemos pensar como cada tipo de material instrui e mobiliza os arquivistas a um modo de trato e organização distintos.

Ademais, não se pode reduzir a materialidade aos procedimentos de tratamento e organização do documento. Ao contrário, os procedimentos decorrem de necessidades que o próprio material exige. Tim Ingold, outro antropólogo que está interessado em repensar a via de mão única sobre a significação entre coisas e sujeitos,

propõe que não se pode pensar em materialidade sem antes pensar na própria existência do material em sua singularidade. Isto é, no metal, no papel, na madeira ou no tecido. Frequentemente se esquece do material porque se coloca as ideias e os conceitos como seus superiores, e de onde viriam todo o conhecimento (INGOLD, 2015, p. 49–59). Todos esses compostos conformam sensações distintas ao toque e à visão, além de durabilidades e resistências. Exigem procedimentos de cuidado distintos, o que amplia mais o leque sobre diferentes modos de se conhecer e perceber o mundo.

Partindo da materialidade dos documentos nos arquivos pode-se questionar de que maneira estas interferem na própria construção do conhecimento. Os procedimentos de cuidado com os documentos não são produtores de ideias somente porque ocultam ou apresentam informações. Ao contrário, criam relações com os documentos, e estes, enquanto objetos materiais singulares, criam relações com os pesquisadores. Estes últimos são orientados a como devem construir seu conhecimento. Assim os documentos em papel, em áudio ou em filme são distintos porque cada um deles é singular ao se relacionarem com sentidos e de modos diferentes, o que sugere ideias e conhecimentos distintos.

Estas noções colocam dúvidas salutares sobre o que a digitalização produz, visto que ao alterar a materialidade e os tratamentos feitos sobre os documentos podem mudar as relações, sugestões e sensações que sustentam parte do conhecimento.

## **2) Ganhando o controle**

De forma geral foi observado como se constitui a relação entre a construção da memória e os processos de arquivamento. Ocorre que é importante se fazer um retorno a própria constituição do poder arquivístico em seu caráter histórico. Como já mencionado, o arquivo, através de suas técnicas, conforma e transforma a memória. ele próprio é um agente na produção de sentido. Assim sendo, entender a história das instituições arquivísticas modernas é entender como se constituiu a arquivologia, assim como o poder arquivístico. Isso porque o próprio arquivo é resultado de transformações sociais e o conformaram como entidade de centralização e organização de documentos.

Elizabeth Yale (2015) é uma autora que consegue sintetizar uma análise sobre o campo de estudos sobre arquivos ao mesmo tempo que faz uma análise sobre como se constituiu o processo de arquivamento. Isso porque estudar os arquivos é também estudar a sua composição durante o tempo. Entretanto é visível em sua análise como a noção de poder sempre esteve de alguma forma vinculada com o processo de registro. Elizabeth Yale inicia seu texto fazendo uma “história condensada” sobre o arquivamento. A autora apresentando que seu início poderia remontar o desenvolvimento da agricultura e com a seguinte necessidade dos poderosos e das elites de fazerem registros e controle sobre suas terras e sobre o resultado da colheita. Como conseguinte a medida que as formas de poder se modificavam, a forma dos registros também mudava, até a formação dos arquivos modernos em conjunto com os estados modernos (YALE, 2015, p. 332).

Essa pequena descrição é um resumo que busque simplificar o processo complexo de construção do arquivo. Entretanto, nela se busca desvelar como a constituição do arquivo está umbilicalmente ligada aos processos de constituição e desconstituição do poder. Registrar as informações e centralizá-las é um mecanismo eficaz de controle do governo. O próprio termo “Arquivo” decorre de “Arché”, termo em grego referente ao palácio dos magistrados. Posteriormente, ele evoluiu para “archeion”, local de depósito dos documentos (PAES, 2004, p. 19). Neste sentido, talvez o que melhor diferencie o processo de arquivamento moderno daqueles anteriores é o agente responsável pela centralização. Ocorre que, como apresenta Elizabeth Yale com base em pesquisas de outros autores, o processo de centralização era desenvolvido principalmente com uma atividade privada e individual. Esse trabalho estava a cargo das famílias nobres e não por uma entidade autônoma. A constituição do trabalho de centralização a partir da denominação de um arquivo esteve ligado principalmente a consolidação do Estado e a constituição de arquivos nacionais. Esse movimento não foi de imediato e por muito tempo tanto a centralização privada de documentos públicos coexistiu com a instituição de entidades estatais (YALE, 2015, p. 337–339).

A constituição do Estado moderno não foi somente responsável pela centralização pública dos arquivos, mas também esteve relacionada a constituição da arquivística. Schellenberg (1903-1970), um dos principais fundadores da arquivística moderna, começa a traçar a constituição das instituições arquivísticas principalmente através da instituição do arquivo nacional francês após a revolução francesa. Neste primeiro momento a grande dificuldade estava relacionada ao que fazer com os documentos do governo e da nobreza depositados. A primeira

solução cogitada seria destruição destes registros, tendo em vista que eles atestavam a propriedade sobre a terra das elites derrubadas. Entretanto, os grupos conservadores conseguiram dissuadir os revolucionários apontando que aqueles documentos agora eram públicos e deveriam ser guardados para a consulta da população. Neste sentido, a constituição de um arquivo público estava vinculado a consolidação dos direitos civis da população do Estado francês nascente (SCHELLENBERG, 2008, p. 26–27). É interessante observar a visão de Schellenberg sobre a constituição dos arquivos nacionais, principalmente tendo em conta a sua posição central dentro da construção do modo de pensar da arquivologia. Ele irá interpretar que o processo de constituição dos arquivos nacionais foi de ao menos quatro grandes ordens: Eficiência governamental, cultural, interesse pessoal e ordem oficial. Desta feita os arquivos nacionais teriam como função facilitar o trabalho do governo, preservar sua cultura, garantir os direitos civis da população e resguardar a legitimidade das ações e atividades governamentais (SCHELLENBERG, 2008, p. 30–33).

A produção dos documentos não é uma atividade arquivística, mas a centralização, organização e preservação destes é a sua função precípua. O poder arquivístico não é propriamente de escolher qual informação deve ou não deve ser registrada, mas de determinar qual tem importância e qual pode ser descartado, após a constituição do documento. As técnicas e procedimentos da arquivística emergem nos critérios que determinam como será decidido o grau de prioridade dos documentos e a quais tratamentos eles serão distintamente submetidos. Para estudar como isso se perfaz na prática a arquivística é preciso olhar os próprios manuais de arquivamento. Um exemplo interessante é o livro “Arquivo: Teoria e Prática” (2004) escrito por Marilena Leite Paes (1927-2020), uma das principais referências e fundadoras do campo da arquivologia no Brasil. Em sua obra é perceptível quais os objetivos de primeira ordem dos arquivos, que é a preservação dos documentos que estiverem de acordo com as atividades da instituição que as produziu. Este objetivo não está ligado necessariamente com objetivos sociais, culturais ou históricos mais gerais. A sua guarda para o futuro é sim considerada, mas na medida em que elas estiverem sendo recebidas e organizadas de acordo com a instituição sede. Caso contrário se constituiriam em um museu ou uma biblioteca (PAES, 2004, cap. 1).

### 3) Perdendo o controle

Como já apontado, o processo de arquivamento e organização dos documentos não pode ser considerados neutros e independentes de significados. Ao contrário, eles estão intimamente ligados com uma série de sistemas de poder decorrentes das forças de ordenação. Esta observação fica visível com a relação existente nos processos de colonização. Nestes casos os arquivos faziam parte do processo de construção de conhecimentos dos estados coloniais sobre suas colônias. As formas de processamento, ordenação, organização e divulgação dos documentos destes locais eram capazes de desenvolver um conhecimento próprio que permitia a dominação. Assim como eram capazes de desenvolver fatos e narrativas sobre esses processos (STOLER, 2002). É necessário questionar de que maneira a digitalização é capaz de desafiar esse poder, ou de perpetuá-lo, sobre novas formas de ordenação.

Em primeiro lugar é preciso observar que os sistemas de arranjo e acesso aos documentos não é igual em todas as instituições arquivísticas. Cada instituição tem sua própria história de criação, e isso influencia de forma direta na sua forma de trato. Neste sentido Katja Müller apresenta a existência de uma tríade que relaciona a Instituição, os suportes dos documentos e seus conteúdos como elementos capazes de alterar e transformar a organização de um determinado acervo. Um arquivo construído no período colonizatório iniciou a sua organização ainda sobre esses parâmetros. Ademais, documentos em suportes distintos precisam ser organizados de forma distinta. Por fim, o tipo de conteúdo que eles detêm, também implica na maneira como foram catalogados. Todas essas relações modificam a maneira como os documentos serão organizados e arranjados, o que por sua vez modifica a maneira como seu acesso será disponibilizado. Entretanto, a digitalização bagunça essa tríade, impondo novos desafios que impactam a organização e o acesso aos acervos, fundos e coleções. Quem pesquisa com e sobre os documentos em um contexto digital não tem mais contato com o arquivista, mas com uma série de equipamentos eletrônicos e outros procedimentos de acesso, que apenas em parte coincidem com as instruções, regras e precauções exigidas nos casos em que se trabalha com um acervo não digitalizado (MÜLLER, 2021).

Ao mesmo tempo que este efeito das mudanças das formas de funcionamento do arquivo permite ganhos analíticos pelo pesquisador, também chama atenção para a maneira como apresenta as vidas e os detalhes dessas pessoas a um nível de exposição não visto antes. Um objeto digitalizado e virtualizado fica à mercê de ser compartilhado em espaços e a processos que antes não eram possíveis. Esta possibilidade gera um esforço na

construção de procedimentos que visam proteger esses documentos digitais.

Um exemplo de como esse equilíbrio tenso se constrói é visível na experiência narrada pela antropóloga estadunidense Kate Hennessy. Esta pesquisadora fez parte de um esforço de digitalização e divulgação do patrimônio cultural do povo indígena norte-americano dane-zaa, inspirados em um esforço de repatriação de mais de 40 anos de documentação etnográfica feita sobre a comunidade. A autora conta a experiência da disponibilização virtual deste patrimônio, feita com a colaboração com o Virtual Museum of Canada. Esta primeiramente teria sido bem recebida por este povo indígena, visto que agora seus membros teriam acesso facilitado a seus bens culturais por meio das tecnologias. Entretanto, à medida que a comunidade passou a entender o funcionamento dos sistemas digitais, e que seu patrimônio também era passível de ser acessado por outras pessoas ao redor do mundo, iniciaram-se questões vinculadas à privacidade e aos Direitos Autorais. Este foi o momento em que passou a ser criada uma série de protocolos para garantir o controle de acesso aos objetos que estavam sendo digitalizados (HENNESSY, 2009). Com este exemplo é possível deixar claro que as mudanças de procedimento de arquivamento e de pesquisa, no contexto digital, coloca em disputa novos e antigos debates, ressonantes com os estudos etnográficos e políticos da produção e acesso de certas histórias.

Para além destas questões de acessibilidade e segurança da utilização dos documentos, outra questão que é trasladada pelo processo de digitalização é a própria organização dos conteúdos em si. No caso Brasileiro, o Conselho Nacional de Arquivos (Conarq) já vem trabalhando para apresentar determinações para melhor organizar os processos de digitalização. Em sua resolução denominada “Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes” ela apresenta a importância dos projetos de digitalização e a forma organizada pela qual elas devem ser feitas. Fica claro neste documento a pressuposição de que os processos de digitalização só ocorreriam após o arquivo selecionado para ser digitalizado “tenha sido previamente higienizado, identificado e organizado (arranjo, descrição e indexação)” (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2010, p. 6). Em suma, a digitalização de um arquivo deveria refletir todo um processo anterior de organização e ordenação. Entretanto, este não é o que ocorre na maior parte dos casos, sendo que a digitalização muitas vezes pode ser feita antes da íntegra organização. Sem contar as ocasiões em que essa organização nem é mais possível. Humberto Innarelli chama casos em que a digitalização é feita sem o planejamento ou critérios específicos como sendo uma “digitalização selvagem”. Ele apresenta como esses casos podem muitas vezes

serem nocivos para as instituições arquivísticas, à medida que acabam levando a uma demanda muito grande dos próprios sistemas de informática e de rede pertencentes a instituição arquivística (INNARELLI, 2015, p. 164–168). Para o presente trabalho o que importa pensar sobre os casos de “digitalização selvagem” é a maneira como elas representam a própria sobrecarga que existe sobre os arquivos. Assim como ajudam a observar como o rápido desenvolvimento tecnológico tornou-se um desafio para a readequação dos corpos técnicos sobre suas demandas de trabalho. Ademais, de que maneiras esses processos “selvagens” podem abrir espaços para novos modos e formas de compreensão sobre os documentos arquivísticos.

Talvez um dos casos que leve ao extremo a demonstração de uma rápida digitalização, inclusive ela sendo involuntária e em decorrência de uma catástrofe, é o apresentado em “Reconfiguração do Acervo da Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional após o Incêndio” escrito por Jorge Dias da Silva Junior (DIAS DA SILVA JUNIOR, 2021) Neste texto, o autor trabalha as complicações na reconstrução do acervo SEMEAR, perdido devido ao incêndio no Museu Nacional em 2018. Ocorre que esta reconstrução seria feita através de documentos digitalizados antes do evento e que são referentes aos seus originais, que foram perdidos no evento trágico. Segundo Dias da Silva, a iniciativa de reconstituir o acervo perdido suscitou muitas discussões. Ainda que se tratasse de um importante projeto, nunca poderia de fato substituir o acervo original, pois se tratava de um fragmento, recortado por inúmeros pesquisadores (além de arquivistas do Museu) que ao longo dos anos digitalizaram documentos importantes e hoje perdidos. Não é irrelevante o fato de que estas cópias digitais, além de serem realizadas de formas e tecnologias muito diferentes, em grande medida são resultado dos interesses e habilidades dos pesquisadores que as fizeram para uso pessoal de trabalho - e não por funcionários da instituição, seguindo um padrão. Eventualmente, é seguro afirmar, a criação de um acervo digital deverá comportar ainda novas intervenções no material, para que sejam possíveis pesquisas futuras, acessíveis através de um sistema de classificação unificado. Neste caso o caráter “selvagem” da digitalização, não decorre propriamente de um processo que não pode ser planejado em decorrência da chegada rápida das demandas da digitalização. O processo de se digitalizar o conjunto de documentos foi causado pela destruição do acervo original pelo incêndio. Por esta razão este caso não se encaixa no conceito proposto por Humberto Innarelli, entretanto permite expandi-lo. O caráter fragmentário do acervo revela não apenas um processo de digitalização acelerado, mas as marcas da própria tragédia. Pensar nesta questão pode nos levar a questionar como casos de “Digitalização Selvagem” também representam, em maior ou menor grau, as transformações impressas nas

instituições arquivísticas pelas recentes transformações tecnológicas. Da mesma maneira, devem nos levar a pensar como esses arquivos digitais abrem espaço para novas interpretações do passado.

#### 4) Um exemplo interessante

Um exemplo de Arquivo que já iniciou um processo de digitalização de seus documentos é o Arquivo Edgard Leuenroth; este foi criado em 1974, com a chegada da documentação impressa reunida pelo militante anarquista que nomeia a instituição. Neste período sua razão de criação estava ligada principalmente ao recém fundado programa de Pós-graduação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp. Neste primeiro capítulo de sua história ele focava na organização de documentos relacionados a história do movimento operário e da industrialização no Brasil. Entretanto, Após a redemocratização do país, ele também passou a ser alvo da guarda de documentos relacionados a movimentos sociais, principalmente no que se destaca a movimentos de homossexuais, feministas, estudantis e mais recentemente o movimento negro. (“Histórico | AEL - Arquivo Edgard Leuenroth”, 2023; SERAFIM, 2022, p. 138–139). De forma mais recente iniciou-se o projeto AEL Digit@l. Este está em andamento desde 2011 e visa ampliar o acesso e a preservação dos documentos pertencentes a instituição. Hoje o projeto conta com ao menos 14 fundos totalmente ou parcialmente digitalizados. Estes estão disponibilizados para consulta via o site da AEL. Hoje os fundos e coleções que estão disponibilizados no site são pertencentes tanto a fabricas quanto a intelectuais e militantes latino-americanos (“Acervo Digital - AEL Digit@l | AEL - Arquivo Edgard Leuenroth”, 2023).

Dentro de seu acervo ele conta com a Coleção História de Juqueri. Este é um caso interessante para pensar a relação entre arquivos e digitalização. Esta é composta por 49 fotografias, variando entre 9x12 cm e 15x18 cm em tamanho. Essas fotografias documentam os primeiros momentos do Hospital e Colônias de Juqueri, fundado em 1898. As imagens foram coletadas por Maria Clementina Pereira Cunha durante sua pesquisa de doutorado, realizada no próprio hospital entre 1984 e 1985. Segundo informações fornecidas pelo próprio AEL, a coleção:

É composta por fotografias que retratam as instalações, o corpo funcional e os pacientes do Asilo nas primeiras décadas de funcionamento do hospital, do início do século XX até os anos 1940, quando este era a instituição psiquiátrica mais importante do país. (DE MIRANDA, 2004)

Essa coleção, que foi objeto de pesquisa de Maria Clementina Pereira Cunha, possibilita uma análise da maneira como a autora utilizou as fotografias em seu trabalho. Em seu livro "O Espelho Do Mundo Juquery, A História De Um Asilo" (CUNHA, 1949), em sua primeira nota, deixa explícito como as fotografias foram achadas, e de que maneira ela as utilizou em seu trabalho:

As imagens do acervo do Juquery foram incorporadas a este livro em sua forma bruta e com a numeração original, feita à tinta. Elas documentam aspectos do cotidiano da instituição ou ilustram eventuais estudos clínicos (como no caso desta paciente). Foi mantida sua aparência inicial para evidenciar o suporte em vidro utilizado na época e os maus tratos sofridos ao longo tempo, que dificultam uma identificação e datação precisas. Outro conjunto de imagens fotográficas incorporadas à análise tem uma natureza diversa: é formado por retratos de identificação de internos e internas, reproduzidos dos respectivos prontuários clínicos. Essas imagens foram reproduzidas e compõem o Fundo "História do Juqueri", no Arquivo Edgard Leuenroth<sup>[5]</sup>. (CUNHA, 1949, n. 1, Grifos nossos)

Fica evidente, nas palavras da pesquisadora, a importância de manter na translação dos negativos em vidro para a fotografias em papel, a aparência original de seus suportes para preservar a perspectiva pretendida. Além disso, ela destaca a dificuldade de identificação e possível datação dessas imagens. Assim, o suporte original se destaca como uma fonte analítica valiosa para a autora. Seu argumento segue a mesma linha apresentada por Georges Didi-Huberman, que pensa como as transformações feitas nas imagens podem resultar na perda de sentido. Um exemplo disso é quando ele comenta sobre os esforços em tratar as imagens do Holocausto. Estas foram tiradas para obter uma melhor qualidade e visibilidade das fotografias tiradas secretamente pelos membros do

Sonderkommando. Dessa forma, buscava-se destacar todo o horror existente nos eventos de Auschwitz, exagerando-as e transformando-as em ícones do horror. No entanto, isso resultou no apagamento das condições nas quais as fotografias foram tiradas, ignorando toda a luta e esforço envolvidos na produção dessas poucas imagens. (DIDI-HUBERMAN, 1953, p. 53–61). No caso de Georges Didi-Huberman, as alterações realizadas nas imagens não estavam relacionadas à sua digitalização. No entanto, essas transformações evidenciam como o processo de manipulação da imagem e do seu contexto pode alterar seu significado. Para Maria Clementina Pereira Cunha a manutenção do estado de má preservação dos negativos em vidro revelava os maus tratos sofridos ao longo do tempo. Buscar melhoramentos ou mudanças na imagem poderiam alterar os sentidos nelas presentes.

Em última instância, a digitalização das fotografias da Coleção História do Juqueri as transforma em "fotografias da fotografia". Agora, a análise das fotografias é realizada em um contexto digital, introduzido dentro da moldura de uma tela, mantendo-se como suporte bidimensional. Vale acrescentar que, enquanto a fotografia está em seu acervo físico, sua frente e verso compõem um único objeto. Agora, no suporte digital, embora a numeração trate os dois lados como pertencentes ao mesmo objeto, visualmente elas são reproduzidas como duas fotografias diferentes. A transição do objeto tridimensional exige sua divisão em duas imagens bidimensionais. Além disso, o próprio material que as compõe é distinto. A coleção física é composta exclusivamente por papel, sensível ao toque, sempre manipulado com luvas. Assim, existe um risco constante de danificar o papel, o que exige cuidado no manuseio e atenção aos detalhes da imagem. Já a coleção digital está totalmente em formato PDF, podendo ser baixada e replicada sem que a corrupção de um arquivo afete os outros arquivos feitos a partir da cópia original pertencente ao AEL. A soma de todas essas transformações cria oportunidades analíticas que podem abrir caminho para novas pesquisas sobre a história do Asilo de Juqueri. Portanto, não se trata apenas de considerar as perdas ou ganhos da digitalização, mas sim as transformações que esse processo impõe ao estudo da história desses fundos e coleções.

## 5) Indo um pouco mais fundo

Penso que até aqui já foi possível observar como a lógica de digitalização modifica e altera os próprios processos analíticos sobre os documentos. Entretanto, acredito que ainda seja possível ir um pouco mais fundo. Para tanto, vou me desviar um pouco da trajetória dos estudos de documentos em papel, como as fotografias, para aqueles documentos de voz. Isso porque neles seja possível observar como os processos de armazenamento e de estudo da memória estão intrincados com as transformações sociotécnicas da memória.

Wolfgang Ernst é um autor que se debruçou sobre a agência dos não-humanos na memória sociocultural mediante uma perspectiva que olha como o registro de poemas épicos foi se transformando. Primeiramente ele aponta que esses poemas não são apenas construções literárias, mas suas exibições eram cantadas e contavam sobre um passado nacional, constituindo assim uma memória coletiva de suas comunidades. Essa forma singular de construção do passado é ela própria não arquivística porque é constituída via uma performance que é atualizada a cada exibição. Ela não pode ser limpa, catalogada, organizada e confinada. O armazenamento de um instrumento musical não significa o armazenamento desse tipo poético. Ao contrário, as canções heroicas só existem através da relação íntima existente entre o instrumento musical e o agente que reconta a história de sua comunidade. Neste sentido, o primeiro processo técnico operativo utilizado no sentido de armazenamento dessa memória ocorreu através da grafia dessas canções em textos fonéticos. Nestes processos é que os poemas orais, de acordo com Wolfgang Ernst, são transformados propriamente em literatura. A transcrição dos poemas das gravações simbólicas e performáticas em gravações por sinais também é a transformação de um sistema musical em movimento em algo muito mais estancado no tempo. (ERNST, 2017, p. 45–48).

Algo muito parecido ocorre ao haver a emergência dos gravadores de som, usados para a construção dos primeiros arquivos de áudio. Este momento é cercado por certas continuidades e descontinuidades em relação ao processo de escrita. Isso porque o processo de gravação de áudios por um lado retorna as performances porque precisa estar em movimento para ser presenciada. Um CD ou um DVD precisam ser postos em movimento para constituir um som. Ademais um gravador de áudio pode captar uma série de nuances que não são pegos durante o processo de escrita. Para além da voz e dos instrumentos tocados, a sempre um som de fundo que permanece da gravação que é posto em ação à medida que o áudio é tocado. Entretanto, Wolfgang Ernst nos aponta como a presença da ideia de “grafia” ainda se faz presente tanto na escrita dos textos como na “fonografia” das vozes e performances. As gravações, como o próprio termo aponta, são um processo em que signos são gravados nos

instrumentos de reprodução. Tem-se o abandono do sistema alfanumérico, mas ainda assim permanece um processo de confinamento do passado, que pode ser limpo, catalogado e organizado (ERNST, 2017, p. 48–51). Wolfgang Ernst nos convida, então, a pensar o que os processos de digitalização de sons e textos podem fazer com essas vozes e canções armazenadas. Isso porque essa digitalização permite a transposição online desses tipos de arquivos, o que os devolve para o uso comunitário presentes inicialmente em suas performances. Neste sentido emergem aquelas novas formas de organizar e tratar os arquivos que falamos anteriormente. Além de que os estudos sobre os documentos passam a diferir também. Tais arquivos agora poderiam passar por espectrografias e análises de cores, por exemplo (ERNST, 2017, p. 51–54).

Se retornarmos um pouco no presente trabalho podemos pensar como a digitalização é vista muitas vezes como um processo que desafia o controle do arquivo. Porém, isso não significa que ele perdeu seu lugar. Se Wolfgang Ernst nos mostra como a digitalização possibilita a reprodutibilidade online dos documentos, também temos que lembrar que as instituições arquivísticas ainda se constituem como ambientes que permitem a permanência de algum tipo de conhecimento e de sustento de informação. Um exemplo é a falha tentativa de expansão do cânone literário narrado por Amy E. Earhart. Este processo era fundamental durante as décadas de 1970 e 1980. Principalmente porque se estava em busca de integrar os grupos marginalizados pela academia durante os séculos anteriores. Existiam barreiras materiais que impediam a entrada destes textos de forma geral. As editoras científicas dispunham de um número muito grande de textos, mas poucos recursos financeiros para exercer as publicações. Por consequência, muitos textos não chegavam a vir a público. Entretanto, ainda neste período havia grande divergência sobre a maneira como esse processo estava sendo conduzido. De forma geral, mesmo com alguns esforços feministas pela ampliação do cânone, as autoras não-brancas não haviam tido tanto espaço como reivindicavam. Amy E. Earhart apresenta, entretanto, que estes projetos de ampliação do cânone por meio da ampliação digital do acesso não foram tão eficazes quanto se esperava. Com o decorrer do tempo, muitas das iniciativas ligadas a disponibilização de acesso de textos, arquivos e documentos no meio digital enfrentaram problemas técnicos de se manter disponíveis online. As rápidas transformações nas linguagens digitais impunham uma série de obsolescência sobre ambientes de acesso. Neste sentido, o que se observou é que a infraestrutura dos sistemas eram problemas críticos que precisavam ser enfrentados. Já no final da década de 2000 o cânone digital já era tão ou mais restrito quanto o analógico. Amy E. Earhart nos conta que os projetos que mais tiveram sucesso foram aqueles que conseguiram contar com a ajuda de instituições acadêmicas e

científicas, ou ainda que contavam com uma coletividade com muitos adeptos e engajada com o suporte (EARHART, 2015). Neste sentido, a aposta nas forças das redes por meio de coletividades estava correta. Entretanto, não podemos esquecer que se as instituições acadêmicas, como arquivos e editoras, foram importantes para a manutenção de uma série desses acervos, isso não é à toa. Essas instituições têm um histórico de trato com materiais sobre o passado, além de terem um corpo técnico que pode se dedicar integralmente a isso. Ademais, eles têm acesso a um volume de capital que redes coletivas dificilmente dispõem.

O que se apresenta aqui é que a digitalização não causou somente um alargamento dessa rede de relações, e os agentes não-humanos não conformam somente meios de facilitação. Como no exemplo de Amy E. Earhart, eles podem apresentar barreiras e entraves. A obsolescência material dos entes eletrônicos é muitas vezes mais acelerada que aqueles não eletrônicos. O ferro dos HDs enferruja, as linguagens de informação são substituídas por novas, e os sistemas de arquivos digitais são atualizados. Os arquivistas que antes tinham conhecimento da preservação dos papéis, filmes e microfimes, agora precisam saber como utilizar de melhor forma seus HDs externos, suas placas de memória RAM e seus processadores. Além de saber manusear bem os pinceis e ferramentas de limpeza geral, tem de aprender a lidar com scanners e câmeras fotográficas. Ademais, infraestruturas de rede demandam conhecimentos e espaços muito próprios reservados a um grupo muito singular de pessoas. Todos esses processos demandam recursos que geralmente só estão disponibilizados em universidades públicas. Os arquivistas, neste novo momento, são apresentados como aqueles que já dominam um arcabouço técnico e teórico sobre a melhor forma de organizar, preservar e divulgar os documentos. Embora eles tenham que ser treinados para o novo contexto digital, isso não anula seus conhecimentos anteriores, apenas os expandem. Assim para estes a digitalização muitas vezes é vista com bons olhos, visto que abre novos campos de trabalho e demandas de conservação.

## Notas de la ponencia:

[1] Foram Utilizadas como sistema da citação e para a composição da bibliografia as determinadas pela Agência Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)

[2] O presente artigo trata-se de um desenvolvimento e aperfeiçoamento do projeto de mestrado apresentado para o processo seletivo de mestrado da Universidade Estadual de Campinas. Desta maneira seu desenvolvimento foi feito apenas a partir do que está disponível em acesso público no Arquivo Edgard Leuenroth (AEL). No mais, informo também que versões anteriores deste foram apresentados, porém não publicado em Anais os livros digitais, durante a XIV Reunião de Antropólogos do Mercosul (XIV RAM) e nas Jornadas de Antropologia da UFSC 2023.

[3] Ruth Landes foi uma importante antropóloga estadunidense que desenvolveu trabalhos no Brasil entre o período de 1938 a 1939, por meio de comparações entre as relações interraciais nos EUA e no Brasil (ABREU, 2003)

[4] Lorenzo Dow Turner foi um importante linguista estadunidense que desenvolveu pesquisas no Brasil entre os anos de 1940 a 1941 (SANSONE, 2012).

[5] Vale deixar claro que a autora em sua nota denomina as imagens como pertencentes ao “Fundo História do Juqueri”, mas hoje, nos sistemas do AEL eles estão denominados como “Coleção História do Juqueri”.

## Bibliografía de la ponencia

ABREU, Regina. A cidade das mulheres. *Mana*, v. 9, n. 1, p. 151–154, abr. 2003.

*Acervo Digital - AEL Digit@l* / *AEL - Arquivo Edgard Leuenroth*. Disponível em: <<https://ael.ifch.unicamp.br/ael-digital>>. Acesso em: 1 jul. 2023.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. *Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes*. . Brasília: [s.n.], 28 abr. 2010.

CUNHA, Olivia Maria Gomes Da. Do ponto de vista de quem? Diálogos , olhares e etnografias dos / nos arquivos. *Estudos Historicos*, v. n° 36, p. 7–32, 2005.

CUNHA, Olívia Maria Gomes Da. Tempo imperfeito: uma etnografia do arquivo. *Mana*, v. 10, n. 2, p. 287–322, 2004.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. *O Espelho Do Mundo Juquery, A História De Um Asilo*. 3. ed. Campinas, SP: UNICAMP/IFCH/CECUT, 1949.

DE MIRANDA, Vânia R. P. *História do Juqueri - REPOSITÓRIO DE DOCUMENTOS PERMANENTES DA UNICAMP*. Disponível em: <<https://www.redisap.unicamp.br/index.php/br-spael-hj#wrapper>>. Acesso em: 9 jul. 2023.

DIAS DA SILVA JUNIOR, JORGE. RECONFIGURAÇÃO DO ACERVO DA SEÇÃO DE MEMÓRIA E ARQUIVO DO MUSEU NACIONAL APÓS O INCÊNDIO. *Anales de Documentación*, v. 24, n. 2, 13 set. 2021.

DIDI-HUBERMAN, George. *Imagens Apesar de Tudo*. 1. ed. São Paulo, SP: Editora 34, 1953.

EARHART, AMY E. *Traces of the Old, Uses of the New*. [S.l.]: University of Michigan Press, 2015. Disponível

em: <<http://www.jstor.org/stable/10.2307/j.ctv65swvf>>.

ERNST, Wolfgang. Non-Human Agencies of Socio-Cultural Memory. In: BLOM, INA; LUNDEMO, TROND; RØSSAAK, EIVIND (Org.). . *Memory in Motion*. Archives, Technology and the Social. [S.l.]: Amsterdam University Press, 2017. p. 41–60. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/j.ctt1jd94f0.5>>.

FARGE, A. *O sabor do arquivo*. 1. ed. São Paulo-SP: Edusp, 2009.

HARTOG, François. *Regimes of Historicity: Presentism and Experiences of Time*. New York: Columbia University Press, 2015.

HENNESSY, Kate. Virtual Repatriation and Digital Cultural Heritage: The Ethics of Managing Online Collections. *Anthropology News*, v. 50, n. 4, p. 5–6, 1 abr. 2009. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/j.1556-3502.2009.50405.x>>. Acesso em: 20 fev. 2022.

*Histórico* | AEL - Arquivo Edgard Leuenroth. Disponível em: <<https://ael.ifch.unicamp.br/historico>>. Acesso em: 1 jul. 2023.

INGOLD, Tim. *Estar vivo: Ensaio sobre movimento, conhecimento e descrição*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2015.

INNARELLI, Humberto Celeste. Gestão da preservação de documentos arquivísticos digitais: proposta de um modelo conceitual. 31 mar. 2015. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-27052015-101628/>>. Acesso em: 2 jul. 2023.

LATOUR, Bruno. *A Esperança de Pandora*. Bauru: Edusp, 2001.

MÜLLER, Katja. Power, Access and New Order. *Digital Archives and Collections*. Creating Online Access to Cultural Heritage. [S.l.]: Berghahn Books, 2021. v. 11. p. 25–55. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/j.ctv29sfzfx.7>>.

PAES, Marilena Leite. *Arquivo: Teoria e Prática*. 3. ed. Rio de Janeiro : Editora FGV, 2004.

SANSONE, Livio. Estados Unidos e Brasil no Gantois: o poder e a origem transnacional dos estudos Afro-brasileiros. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 27, n. 79, p. 9–29, jun. 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69092012000200002&lng=pt&nrm=iso&tlng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092012000200002&lng=pt&nrm=iso&tlng=en)>.

SCHELLENBERG, Theodore roosevelt. *Arquivos Modernos: Princípios e Técnicas*. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

SERAFIM, Amanda Gonçalves. “Abraços do Velho”: Roberto Cardoso de Oliveira e a construção de um projeto de antropologia. . 2022. 241 f. Dissertação – Universidade Estadual de Campinas, Campinas-sp, 2022.

STOLER, Ann Laura. *Along the Archival Grain: Epistemic Anxieties and Colonial Common Sense*. 1. ed. Princeton: Princeton University Press, 2010.

STOLER, Ann Laura. Colonial archives and the arts of governance. *Archival Science*, v. 2, n. 1–2, p. 87–109, mar. 2002.

TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silenciando o passado*. 1. ed. Curitiba/PR: huya, 2016.

YALE, Elizabeth. The History of Archives: The State of the Discipline. *Book History*, v. 18, p. 332–359, 2015. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/43956377>>.